

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 10

Nombre del simposio: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL.

Coordinadores: Dinizar Fermiano Becker, UNISC/UNIVATES (dinizar@dinizarbecker.ecn.br), Pedro Silveira Bandeira, UFRGS (pedroban@orion.ufrgs.br) y Walter Frantz, UNIJUÍ (wfrantz@unijui.tcche.br).

Título de la ponencia: Algumas Hipóteses Sobre as Causas das Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul

Autor(es): Pedro Silveira Bandeira

Adscripción institucional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Correo electrónico: (pedroban@orion.ufrgs.br)

Algumas Hipóteses Sobre as Causas das Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social no Rio Grande do Sul

Pedro Silveira Bandeira
Economista – Prof. da UFRGS

É grande, na atualidade, o interesse despertado pelo estudo das desigualdades existentes entre as regiões do Rio Grande do Sul quanto ao nível de desenvolvimento econômico. A maior disponibilidade de informações tem contribuído para o aprofundamento dos estudos sobre o tema. Já há bastante tempo se dispõe de séries relativamente longas sobre variáveis demográficas e alguns indicadores econômicos. Na década de oitenta a Fundação de Economia e Estatística (FEE) publicou estimativas da Renda Interna Municipal, por setores, para os anos censitários entre 1939 e 1980. Desde então a metodologia usada nessas estimativas tem sido aperfeiçoada e as informações atualizadas com regularidade.

No final dos anos noventa passaram a ser sistematizadas informações sobre as desigualdades existentes quanto a indicadores sociais. Em 1998 foram divulgados pelo IPEA os dados do Índice de Desenvolvimento Humano por municípios (IDH-M), relativos aos anos de 1970, 1980 e 1990. Pouco depois a Fundação de Economia e Estatística desenvolveu um indicador similar – o Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) – cuja composição inclui um número bem maior de variáveis.

Até recentemente, no entanto, não existiam levantamentos sistemáticos sobre as diferenças regionais quanto a aspectos culturais consideradas relevantes para o desenvolvimento. Não existiam, também, informações sobre como algumas questões relacionadas com as desigualdades regionais eram percebidas pela população. Essa carência começou a ser superada após a divulgação, em 2002, de uma pesquisa realizada pelo **Laboratório de Observação Social (LABORS)**, do **Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** da UFRGS, por encomenda do **Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional**¹, sobre o tema *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social*.

Essa pesquisa envolveu cerca de 1.500 entrevistas domiciliares, em todo o Estado, nas quais foi aplicado um questionário contendo mais de 70 perguntas. Um dos seus objetivos foi caracterizar as diferenças existentes entre as regiões quanto ao que autores recentes denominam de “capital social”. O interesse por esse conceito aumentou após a divulgação do trabalho do Prof. Robert Putnam, da Universidade de Harvard, sobre as

¹ O Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional resulta de uma parceria entre a Assembléia Legislativa, do Fórum dos COREDEs, da FAMURS e da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (UVERGS), tendo como finalidade principal promover uma participação mais ampla da comunidade no debate em torno dos temas constantes da pauta legislativa que se relacionem com o desenvolvimento regional. Entre seus objetivos encontra-se o de promover estudos e eventos que possibilitem o aprofundamento da compreensão sobre questões relevantes para o desenvolvimento das regiões do Estado.

regiões italianas – intitulado *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy* ² – que relacionou o desempenho econômico e institucional dessas áreas com suas tradições cívicas e com sua dotação de "capital social", definido como as “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.³

Nessa obra, Putnam analisou detalhadamente o desempenho das administrações regionais italianas, criadas e implantadas em 1970, ao longo de seus vinte primeiros anos de existência. Depois de constatar, através de uma minuciosa análise empírica, que as administrações das áreas localizadas no centro e no norte da Itália haviam apresentado um desempenho melhor que as do sul, buscou identificar as causas dessas diferenças. Após descartar algumas hipóteses, Putnam optou por atribuir o desempenho destacadamente melhor de algumas áreas do centro-norte às suas *tradições cívicas*, que teriam contribuído para que nelas surgisse uma densa malha de associações, organizações e entidades caracterizadas por relações horizontais, não hierárquicas, entre seus integrantes.

Em um texto posterior, Putnam foi enfático quanto à direção da relação causal entre riqueza e tradições cívicas nas regiões mais desenvolvidas da Itália, afirmando que: “Essas comunidades não se tornaram cívicas simplesmente porque eram ricas. O registro histórico fortemente sugere exatamente o contrário. Elas se tornaram ricas porque eram cívicas.”⁴

Segundo ele, uma das principais causas da desvantagem do *Mezzogiorno* italiano quanto à dotação de capital social deveu-se ao fato de que, a partir da conquista normanda da Sicília, na Idade Média, construiu-se nessa região uma tradição cultural autoritária que fez com que nela viessem a predominar relações sociais de tipo vertical, hierárquicas, gerando um campo pouco fértil para a cooperação em torno de questões de interesse coletivo. Nesses ambientes, a “cultura” participativa é muito frágil e a vida pública tende a ser vista como da alçada exclusiva de elites relativamente fechadas. Conforme Putnam, nessas sociedades os indivíduos tendem a concentrar suas lealdades e sua confiança em círculos mais restritos, como aqueles unidos por laços familiares, sendo menos propensos a associar-se e colaborar com pessoas que lhes sejam menos próximas.

Ao contrário, no centro e no norte do país – onde as relações feudais foram menos duradouras e cuja tradição democrática remonta às cidades medievais, berço de instituições de tipo republicano – as redes sociais tornaram-se mais densas ao longo da história, criando um ambiente em que predominam ligações horizontais, não hierárquicas, que favorecem o surgimento de uma cultura mais propícia à participação, à colaboração e ao associativismo. Nessa área se situam os distritos industriais da “terceira Itália”, preconizados como modelo para outras regiões, cuja competitividade se baseia na cooperação entre um grande número de pequenas empresas.

² Publicado inicialmente em inglês, em 1993, e posteriormente em português, pela Fundação Getúlio Vargas, em 1996, com o título de *Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna*.

³ Ver PUTNAM (1996-B), p. 177.

⁴ Traduzido de PUTNAM (1993).

A popularidade alcançada pelo livro de Putnam despertou a atenção do mundo acadêmico e dos formuladores de políticas públicas para a noção de capital social, que alcançou uma difusão crescente no decorrer dos anos noventa, passando a ser utilizada em vários contextos, como os debates relacionados com desenvolvimento econômico ou o combate à pobreza. Esse conceito acabou sendo incorporado ao discurso de organizações internacionais que atuam na promoção do desenvolvimento, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OECD) ou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Seguindo a trilha de Putnam, a pesquisa patrocinada pelo **Fórum Democrático** buscou investigar se as trajetórias históricas das várias regiões do Rio Grande do Sul também resultaram em “dotações” de capital social diferenciadas que, a exemplo do caso italiano, pudessem afetar sua potencialidade no que se refere ao desempenho econômico e institucional.

A divisão regional adotada na pesquisa acompanhou, em parte, a tendência da literatura recente sobre as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul no sentido de dividir o Estado em três macrorregiões⁵: a Sul, a Norte e a Nordeste. A primeira apresenta uma base econômica predominantemente agrícola, sendo constituída, de forma aproximada, pelas áreas situadas abaixo da linha leste-oeste formada pelos vales dos rios Jacuí e Ibicuí, onde atualmente predominam a grande propriedade rural, a pecuária e a lavoura do arroz. A Norte, também agrária, compreende as áreas do Planalto e do Alto Uruguai, sendo pelo caracterizada pela prevalência da pequena e média propriedade. Trata-se de uma região bastante heterogênea, onde uma produção inicialmente muito diversificada cedeu espaço, na segunda metade do século vinte, para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja. A Nordeste é constituída pelo eixo Porto Alegre-Caxias do Sul e por áreas situadas no seu entorno. Nesta região, a partir do início do século vinte, rapidamente suplantou a agricultura e assumiu papel hegemônico como base da economia local. Na pesquisa do Fórum Democrático essa região foi subdividida em Nordeste 1, compreendendo a Região Metropolitana de Porto Alegre, e Nordeste 2, abrangendo as áreas ainda não submetidas ao processo de metropolização, que correspondem, de forma aproximada às zonas coloniais mais antigas do Estado.

Além de diferirem quanto à estrutura econômica, essas regiões também são distintas quanto a vários outros aspectos. A formação do Norte do Estado e das áreas não-metropolitanas do Nordeste foi marcada pela imigração européia, em contraste com a formação do Sul, cuja matriz cultural foi predominantemente ibérica. Além disso, as antigas áreas coloniais tiveram pouco contato com a escravidão, pois a legislação proibia que os imigrantes adquirissem escravos.

⁵ Uma das referências sobre essa divisão regional é ALONSO, BENETTI e BANDEIRA (1994). Anteriormente, uma divisão regional semelhante foi utilizada por FONSECA (1983).

1. Diferenças Regionais Quanto à Dotação de Capital Social no Rio Grande do Sul

Algumas questões da pesquisa do **Fórum Democrático** permitiram construir indicadores de capital social semelhantes aos utilizados em nível internacional. Dentre eles, destacam-se os relativos à participação em associações voluntárias, à participação política e a diversas outras formas de sociabilidade.

1.1. Participação em Associações Voluntárias

A participação em associações voluntárias é uma das variáveis mais freqüentemente utilizadas na análise do capital social. A existência de uma densa rede de associações voluntárias, com ampla participação da população, tem sido considerada pela literatura como dos principais indicadores da abundância de capital social em um determinado território.

Uma das questões incluídas na pesquisa indagava com que freqüência o entrevistado participava de reuniões de associações voluntárias, de qualquer tipo. O padrão das respostas, no caso do Rio Grande do Sul, mostra que existem diferenças expressivas entre as regiões, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1
Participação em Associações Voluntárias

	Região do Estado Onde Foi Realizada a Entrevista				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Nunca	77,3	55,9	58,4	65,2	66,4
Poucas Vezes por Ano	9,4	15,5	19,6	17,1	14,7
Uma ou Duas Vezes por Mês	6,3	15,1	14,8	9,6	10,5
Quase Todas ou Todas as Semanas	7,0	13,4	7,2	8,0	8,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR e BANDEIRA (Coords.) (2001-A)

Os resultados da Tabela 1. sugerem que a participação em associações voluntárias tende a ser maior nas regiões do interior que na Região Metropolitana (Nordeste 1). Considerando-se apenas o interior, ela é maior nas regiões Nordeste 2 e Norte, áreas cujas características sócio-econômicas estão associadas à imigração e ao predomínio da pequena e média propriedade rural, sendo menor na região Sul. Somando as linhas correspondentes dessa Tabela, observa-se que nas regiões Nordeste 2 e Norte respectivamente 28,5 % e 22,0% dos entrevistados responderam que participavam pelo menos uma vez por mês de reunião de algum tipo de associação voluntária. No Nordeste 1 (Região Metropolitana) e no Sul esses percentuais eram mais baixos, alcançando, respectivamente, 13,3% e 17,6%. De forma similar, os percentuais de pessoas que informaram nunca participar de reuniões de associações voluntárias, de qualquer tipo, era bem maior no caso da Região Metropolitana e do Sul. Para aprofundar a análise das diferenças entre as regiões quanto às respostas dadas a

esta questão, a amostra foi decomposta por gênero, idade e estratos de renda e escolaridade dos entrevistados. Em todos os casos, o padrão básico de diferenças entre as regiões se manteve inalterado, com pequenas variações quanto aos percentuais.

Constaram da pesquisa do Fórum Democrático, ainda, outras perguntas que permitem aprofundar a análise das diferenças regionais quanto à participação em associações voluntárias. Uma delas – cuja redação apóia-se em uma questão utilizada na *General Household Survey*, da Inglaterra⁶ – indagava se o entrevistado, nos últimos três anos, havia desempenhado algum cargo ou tido algum tipo de responsabilidade no funcionamento de entidade, associação ou clube na sua região ou cidade. Os resultados referentes a esta questão, por regiões, são apresentados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2

Respostas à questão: “Nos últimos três anos, o Sr(a) desempenhou algum cargo ou teve algum tipo de responsabilidade no funcionamento de entidade, associação ou clube na sua região ou cidade?”

	Região do Estado Onde Foi Realizada a Entrevista				Total
	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	
Sim	14,0	30,1	31,0	19,7	22,0
Não	86,0	69,9	69,0	80,3	78,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR e BANDEIRA (Coords.) (2001-A)

O percentual de 22% de respostas positivas, observado para o conjunto do Estado, não pode ser considerado baixo. Na Inglaterra, segundo a *General Household Survey* de 2000, apenas 13% dos entrevistados responderam afirmativamente a essa questão⁷. Além disso, em nenhuma região da Inglaterra o percentual de pessoas que se haviam envolvido na gestão de uma entidade ou associação voluntária alcançou 20%⁸. Também no caso desta questão pode ser observado um padrão de respostas que indica a ocorrência de uma maior participação no interior do Estado, em comparação com a Região Metropolitana (Nordeste 1). Considerando-se apenas as regiões do interior, o percentual de respostas afirmativas é menor no Sul do que no Nordeste 2 e no Norte. A probabilidade de que as diferenças observadas na amostra sejam devidas apenas ao acaso é inferior a 0,1%.

Ao se decompor as respostas por estratos de renda, observou-se que o percentual de pessoas que desempenharam cargo ou função na gestão de uma associação voluntária tendeu a aumentar de forma expressiva à medida que aumentava a renda dos entrevistados. No entanto, o padrão de diferenças regionais se mantém relativamente inalterado em todos os estratos, com percentuais maiores de respostas “sim” nas regiões com raízes “coloniais” – Nordeste 2 e Norte – e menores na Região Metropolitana e no Sul. Mais uma vez, é muito reduzida a probabilidade de que as diferenças regionais observadas na amostra sejam devidas ao acaso. Essa probabilidade é de 1,5% para o estrato de renda mais baixa, 0,6% para o de renda intermediária e menos de 0,1% para o de renda mais alta. O mesmo padrão de diferenças, segundo o qual as regiões de raízes “coloniais” despontam como mais

⁶ Office for National Statistics (2001), pp. 10-11.

⁷ COULTHARD et al. (2002), p. 11.

⁸ COULTHARD et al. (2002), pp. 23-24.

participativas também foi observado quando se decompôs a amostra por estratos de escolaridade. Em todos os estratos, o Nordeste 2 e o Norte apresentaram percentuais expressivamente mais elevados que o Sul e a Região Metropolitana, sendo as diferenças estatisticamente significativas. A decomposição da amostra por gênero também não evidenciou nenhuma ruptura com esse padrão de diferenças anteriormente. Mais uma vez, de envolvimento com a gestão de associações voluntárias foi maior no Nordeste 2 e no Norte, em comparação com a Região Metropolitana e o Sul. Em apenas uma região o percentual de respostas positivas das mulheres foi superior ao dos homens.

Outra das questões incluídas na pesquisa do Fórum Democrático investiga a participação por tipos de associações voluntárias. Os percentuais de entrevistados que afirmam que são associados e participam de diferentes tipos de associações ou entidades, por regiões, são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Participação em Associações Voluntárias, por Tipo de Associação e Região

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
São membros e participam de igreja ou grupo religioso	30,2	59,3	72,2	37,9	46,5	0,000
São associados e participam de clube esportivo	16,3	34,0	26,3	18,0	21,9	0,000
São associados e participam de sociedade recreativa ou clube social	16,9	30,7	36,1	41,6	29,9	0,000
São sócios e participam de organização artística, cultural ou educacional	10,4	19,1	13,7	9,8	12,4	0,003
São associados e participam de sindicato	11,3	14,5	17,3	15,1	14,2	0,067
São sócios e participam de associação comercial	5,4	13,3	12,8	8,8	9,2	0,001
São sócios e participam de outra entidade empresarial	3,3	10,0	7,5	4,0	5,5	0,000
São filiados e participam de partido político	6,5	13,3	16,7	10,9	11,1	0,000
São associados e participam de entidade de proteção ao meio ambiente	4,0	8,3	6,9	3,7	5,3	0,074
São associados e participam de entidade profissional	9,6	22,0	21,8	12,7	15,2	0,000
São associados e participam de organização de caridade	13,1	20,3	19,4	11,9	15,4	0,010
São associados e participam de cooperativa	3,7	9,1	10,1	4,5	6,2	0,000
São associados e participam de clube de serviços	2,3	3,7	4,8	4,5	3,7	0,463
São associados e participam de associação de pais e mestres	9,6	21,6	22,4	9,3	14,4	0,000
São associados e participam de associação de agricultores e pecuaristas	1,2	5,8	9,0	4,0	4,4	0,000
São associados e participam de associação de bairro	7,1	12,9	9,3	7,2	8,6	0,033
São associados e participam de clube de mães	1,9	3,7	8,4	2,9	3,9	0,000
São associados e participam da maçonaria	1,0	0,8	0,0	2,4	1,1	0,011
São associados e participam de outro tipo de associação	4,2	8,7	9,9	6,4	6,8	0,001

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR e BANDEIRA (Coords.) (2001-A)

A última coluna da tabela mostra a probabilidade de que as diferenças entre as regiões encontradas na amostra para esse tipo específico de entidade, sejam devidas ao acaso. Como se percebe, as diferenças regionais são estatisticamente significativas para a maior parte dos tipos de associações.

A observação da Tabela 3 indica que padrão de diferenças regionais, no caso da maior parte dos tipos de entidades, é similar ao encontrado nas questões discutidas

anteriormente, sobre a participação em reuniões de associações voluntárias e sobre o exercício de cargos e funções nesse tipo de entidades. Em regra, o Nordeste 2 e o Norte apresentam percentuais substancialmente superiores aos do Sul e da Região Metropolitana (Nordeste 1). Para assegurar que as poucas exceções a esse padrão não invalidam essa conclusão geral, foi utilizado um teste baseado no Coeficiente de Concordância de Kendall⁹, uma estatística não-paramétrica que avalia o grau de concordância entre várias ordenações. Os resultados mostraram que há concordância altamente significativa entre as posições ocupadas pelas regiões nos “rankings” relativos aos diferentes tipos de entidades. De uma maneira geral o Norte e o Nordeste 2 tendem a ocupar o primeiro ou o segundo lugar nessas ordenações, enquanto o Sul e o Nordeste 1 (Região Metropolitana), tendem a ocupar o terceiro ou o quarto lugar.

1.2. As Redes Informais de Sociabilidade

Os dados da pesquisa realizada pelo Fórum Democrático permitiram, ainda, a análise de outro tipo de redes sociais: as constituídas através de relações que compõem o que poderia ser denominado de “sociabilidade informal”, incluindo atividades como visitar parentes e amigos, reunir amigos em casa ou participar em diversos tipos de atividades de lazer junto com outras pessoas, por exemplo. A questão está formulada nos seguintes termos:

“Vou perguntar com que frequência o(a) Sr(a) pratica algumas atividades relacionadas com a vida social. Para cada atividade, o(a) Sr(a) deve dizer se a faz todas as semanas, ou quase todas as semanas; se faz uma ou duas vezes por mês, se faz apenas umas poucas vezes por ano; ou se nunca faz.”

Os tipos de atividades considerados foram “reunir amigos em casa”, “visitar parentes e amigos”, “sair com colegas de trabalho ou de profissão”, “reunir-se com membros da mesma igreja ou religião”, “passar tempo com amigos em jogos ou atividades esportivas” e “ir a festas em clubes sociais”. Na Tabela 4 os dados foram organizados de forma a indicar os percentuais de entrevistados que praticavam cada tipo de atividade pelo menos uma vez por semana.

Constatou-se a ocorrência de dois padrões diferenciados, conforme o tipo de atividades que sejam consideradas. Naquelas que envolvem pessoas de maior intimidade – parentes ou amigos próximos o suficiente para que sejam recebidos ou visitados em casa – as diferenças entre as regiões tendem a ser menores. No caso de “visitar parentes e amigos”, essas diferenças chegam a não ser estatisticamente significativas. Já no que se refere a “reunir amigos em casa”, existem diferenças regionais significativas em termos estatísticos, sendo os percentuais da Região Metropolitana um pouco mais baixos do que os das áreas do interior. Quando se passa aos outros tipos de atividades, que envolvem pessoas menos próximas ou “íntimas”, as regiões Nordeste 2 e Norte voltam a destacar-se, apresentando maiores percentuais de habitantes que têm convívio social mais intenso, em

⁹ Esse coeficiente é descrito em SIEGEL (1975), pp. 258-269.

contraste com o Sul e o Nordeste 1 (Região Metropolitana), onde os percentuais tendem a ser expressivamente mais baixos. Essa sociabilidade centrada em grupos menos abrangentes, encontrada no Sul e na Região Metropolitana faz lembrar o padrão registrado por Putnam no caso do sul da Itália, onde os indivíduos tenderiam a concentrar suas afinidades e lealdades em círculos mais próximos e mais fechados. Em regiões como essas as relações sociais “fortes”, em grupos relativamente restritos, com pessoas como parentes e amigos mais íntimos, tenderiam a ser mais importantes e mais freqüentes do que as relações “fracas”, de menor intensidade, envolvendo “conhecidos” e outras pessoas com menor grau de proximidade.

Tabela 4

Percentuais de Entrevistados que Praticam Atividades Sociais Pelo Menos Uma Vez Por Semana, por Tipo de Atividade e Por Região

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
Reúnem Amigos em Casa	59,5	67,1	66,6	68,7	64,7	0,008
Visitam Parentes e Amigos	77,5	76,7	77,6	81,7	78,5	0,236
Saem com Colegas de Trabalho ou Profissão	38,4	57,5	47,8	36,3	43,1	0,000
Reúnem-se com Membros da Mesma Igreja ou Religião	32,4	49,6	57,8	33,9	41,2	0,000
Passa Tempo com Amigos em Jogos ou Atividades Esportivas	38,0	44,6	43,6	32,3	38,9	0,000
Vão a Festas em Clubes Sociais	31,3	53,3	43,5	35,6	38,7	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR e BANDEIRA (Coords.) (2001-A)

1.3. A Participação Política

A Tabela 5 apresenta alguns indicadores de participação em atividades relacionadas com a política. As diferenças regionais nela observadas podem ser consideradas estatisticamente significativas ao nível de 5% na maior parte dos indicadores.¹⁰

No padrão geral que pode ser identificado pela comparação entre os vários indicadores de participação política, a região Norte aparece como a que ocupa sempre a primeira posição. Já as diferenças entre as demais regiões são menos marcadas que as encontradas em outras das variáveis analisadas anteriormente. No entanto, se for utilizada como critério de ordenamento a soma dos “rankings” dos diferentes indicadores, para cada região, o segundo lugar seria ocupado pelo Nordeste 2, o terceiro pelo Sul e o quarto pela Região Metropolitana. Repetir-se-ia, assim, também neste caso, o padrão apontado para a participação em associações voluntárias e para as redes de sociabilidade que envolvem pessoas de menor proximidade ou intimidade, onde as regiões com raízes coloniais despontam como as de maior participação.

¹⁰ No teste baseado no Coeficiente de Concordância de Kendall foi rejeitada a hipótese nula de que não há relação entre os “rankings” das regiões nos vários indicadores. Em outras palavras, eles são significativamente concordantes em termos estatísticos, indicando que existe uma hierarquia entre as regiões quanto aos indicadores de participação política.

Tabela 5

Participação em Atividades Relacionadas com a Política, por Regiões

	Nordeste 1	Nordeste 2	Norte	Sul	Total	Sig.
percentual de entrevistados que são filiados a um partido político	8,7	15,4	24,2	17,2	15,5	0,000
percentual de entrevistados que muitas vezes falam sobre política quando se reúnem com amigos	16,9	20,3	20,6	19,9	19,1	0,673
percentual de entrevistados que, no último ano, foram a uma manifestação, a um comício ou a um protesto	23,4	32,7	38,6	35,0	31,4	0,000
percentual de entrevistados que, no último ano, participaram de uma reunião sobre tema político	22,1	26,9	34,2	18,3	24,7	0,000
percentual de entrevistados que, no último ano, se candidataram ou foram eleitos para algum cargo público	4,4	4,0	7,8	2,9	4,7	0,020
percentual de entrevistados que, no último ano, doaram dinheiro para algum partido político	5,42	5,38	6,9	4,9	5,6	0,704
percentual de entrevistados que, no último ano, trabalharam na campanha de algum candidato	16,7	19,3	23,8	22,1	20,1	0,068
percentual de entrevistados que, no último ano, participaram de algum grupo ou comissão que tentou influenciar alguma atividade de governo	10,0	9,0	13,8	7,2	10,0	0,037
percentual de entrevistados que, no último ano, procuraram algum político para tratar de assunto de interesse da sua comunidade	18,6	23,8	32,6	19,8	23,0	0,000
percentual de entrevistados que lembram em quem votaram para deputado estadual na última eleição	42,3	51,5	52,2	46,2	47,0	0,043
percentual de entrevistados que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório	60,6	67,2	71,6	65,5	65,4	0,033
percentual de entrevistados que já participaram de alguma atividade desenvolvida pelos COREDES, pelo OP estadual ou pelo Fórum Democrático	13,5	24,9	33,4	26,0	23,1	0,000

Fonte dos Dados Brutos: CÉSAR e BANDEIRA (Coords.) (2001-A)

2. Hipóteses Sobre as Causas das Diferenças Regionais Quanto ao Capital Social

De uma maneira geral, os resultados apresentados na seção anterior convergem no sentido de apontar que existem diferenças significativas entre as regiões gaúchas no que se refere aos indicadores de capital social. Além disso, é possível constatar que as diferenças apresentam padrões bastante consistentes, que se repetem na maior parte das variáveis estudadas. A subdivisão do Nordeste em duas sub-regiões permitiu constatar que o Nordeste 1 (Região Metropolitana) e o Nordeste 2 (Serra e Litoral) apresentam características intensamente contrastantes. Esta última área apresenta indicadores muito mais próximos aos da Região Norte do que aos da Região Metropolitana (Nordeste 1). Em ambas pode-se observar percentuais elevados de participação em associações voluntárias, associados a altos níveis de participação em atividades políticas e de sociabilidade informal, envolvendo tanto pessoas próximas – familiares e amigos – quanto outras mais distantes, tais como "conhecidos" e colegas. A semelhança de padrões entre o Norte e o

Nordeste 2 provavelmente está associada ao fato de que essas duas áreas têm seu perfil fortemente marcado por raízes culturais que remontam à imigração e à colonização européia, bem como pela presença expressiva – e mesmo pelo predomínio, em algumas zonas – da pequena propriedade e da agropecuária familiar.

Os resultados apresentados pela outra porção da região Nordeste – a Região Metropolitana, ou Nordeste 1 – assemelham-se aos apresentados pela Região Sul, como a menor participação em associações voluntárias ou níveis mais reduzidos de envolvimento em atividades políticas. Da mesma forma, os níveis de sociabilidade informal em atividades que envolvem pessoas menos próximas são mais baixos que no Norte ou no Nordeste 2. Nas seções a seguir, são apresentadas algumas hipóteses sobre as causas das diferenças existentes entre o Sul e o Nordeste 1, por um lado, e o Norte e o Nordeste 2, por outro.

2.1. Causas da Menor Dotação de Capital Social da Região Metropolitana

Os percentuais mais baixos apresentados pela Região Metropolitana (Nordeste 1) na maior parte dos indicadores analisados nas seções anteriores podem ser explicados pelas próprias características da vida em grandes aglomerados urbanos. A redução do tempo disponível restringe a possibilidade de que as pessoas mantenham uma vida social mais ativa e dificulta sua participação em associações voluntárias. A demora nos deslocamentos, especialmente entre os locais de residência e de trabalho, reduz bastante a possibilidade de que os indivíduos se engajem intensamente em atividades sociais de qualquer tipo. Da mesma forma, torna-se mais difícil o envolvimento dos habitantes dos grandes centros em atividades comunitárias, como a participação em associações ou em atividades de natureza política.

Embora uma observação mais superficial possa causar a impressão de que é grande a vitalidade da vida associativa e da participação política nas regiões metropolitanas, a verdade é que uma parcela proporcionalmente menor de seus habitantes envolve-se nessas atividades, em comparação com os centros menores do interior, simplesmente porque as exigências do cotidiano na metrópole impedem que eles tenham tempo para isso. O efeito negativo do tempo gasto em deslocamentos sobre os padrões de convivência e de sociabilidade foi registrado por Robert Putnam em sua análise sobre o capital social nos Estados Unidos. Falando sobre as mudanças ocorridas nas grandes cidades americanas, em que as áreas residenciais suburbanas tornaram-se cada vez mais distantes dos locais de trabalho, Putnam destaca que:

“Suburbanization of the last thirty years has increased not only our financial investment in the automobile, but also our investment of time. Between 1969 and 1995, according to government surveys of vehicle usage, the length of the average trip to work increased by 26 percent, while the average shopping trip increased by 29 percent. While the number of commuting trips per household rose 24 percent over this quarter century, the number of shopping trips per household

almost doubled and the number of other trips for personal or family business more than doubled.”¹¹

Levantamentos realizados nos Estados Unidos mostram que a demora nos deslocamentos afeta severamente a disponibilidade de tempo para outras atividades do cotidiano, afetando até mesmo as relacionadas com a vida doméstica e familiar. Da mesma forma que a vida pessoal e familiar, a vida comunitária e os padrões mais amplos de sociabilidade são negativamente afetados pelo aumento do tempo gasto nos deslocamentos.¹²

Tendo em vista a maior precariedade dos sistemas de transporte coletivo e da malha viária nas grandes cidades brasileiras, em comparação com as americanas, pode-se supor que os efeitos negativos sobre os padrões de sociabilidade e de vida comunitária sejam ainda mais fortes. Isso deve ser especialmente verdadeiro no caso dos segmentos de renda mais baixa da população, que vivem nas zonas mais distantes da periferia das metrópoles e dependem, para seus deslocamentos, de sistemas de transporte coletivo de baixa velocidade (ônibus, trens suburbanos, etc.).

2.2. Causas da Menor Dotação de Capital Social da Região Sul

Por outro lado, os indicadores mais baixos do Sul do Estado, em comparação com as áreas coloniais (Nordeste 2 e Norte), talvez possam ser explicados com argumentos semelhantes aos utilizados por Putnam em sua análise do caso italiano. Como foi registrado anteriormente, Putnam explicou as diferenças existentes entre o sul e o norte da Itália, quanto ao capital social, com base na análise da evolução histórica das duas regiões desde o período medieval. Segundo ele, as instituições feudais mais duradouras no sul fizeram com que se consolidasse, nessa região, um padrão de relações sociais caracterizado pelo predomínio de formas verticais e assimétricas de associação, fortemente marcadas pela hierarquia e pela dependência. No centro e no norte, ao contrário, o surgimento relativamente precoce de cidades-estado permitiu a consolidação de instituições mais democráticas, gerando um ambiente em que predominaram formas horizontais de associação, menos permeadas pelas diferenças de poder e status. O contraste existente entre as duas regiões, na atualidade, no que se refere às características das redes sociais, às normas de reciprocidade e aos padrões de participação na vida pública, seria resultante dessas heranças históricas diferenciadas.

¹¹ "A suburbanização dos últimos trinta anos aumentou não apenas o nosso investimento financeiro em automóveis, mas também nosso investimento em termos de tempo. Entre 1969 e 1995, de acordo com levantamentos do governo sobre o uso de veículos, a duração do deslocamento médio de casa para o trabalho aumentou 26%, enquanto o deslocamento médio para compras aumentou 29%. Enquanto isso, o número médio de deslocamentos de casa para o trabalho aumentou 24% nesse quarto de século, ao mesmo tempo em que o número de deslocamentos para compras, por família, quase dobrou, e o número de outros deslocamentos para assuntos individuais ou de família mais do que dobrou." – PUTNAM (2000), p. 212.

¹² PUTNAM (2000), pp. 212-213.

A experiência histórica das grandes regiões do Rio Grande do Sul também apresenta contrastes marcantes que podem ser invocados para explicar as diferenças mostradas na seção anterior. É possível argumentar que as raízes culturais da maioria dos povoadores do Sul, o predomínio da grande propriedade rural e a convivência com a escravidão – importante na área e quase ausente na zona colonial, pois era proibido aos colonos possuir escravos – podem ter criado uma sociedade menos igualitária que a das parcelas do território gaúcho cuja matriz é caracterizada pela imigração européia, onde a escravidão deixou poucas marcas na cultura local e onde preponderam as pequenas e médias propriedades rurais.

No que se refere ao primeiro aspecto, caberia lembrar aqui as observações feitas por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, sobre as conseqüências do que denomina de “personalismo ibérico” para as formas de convívio predominantes no Brasil. Buarque de Holanda encontra nesse personalismo um dos traços mais básicos e fundamentais da cultura ibérica:

“Quais os fundamentos em que assentam de preferência as formas de vida social nessa região indecisa entre a Europa e a África, que se estende dos Pireneus a Gibraltar? Como explicar muitas daquelas formas, sem recorrer a indicações mais ou menos vagas e que jamais nos conduziram a uma estrita objetividade?

Precisamente a comparação entre elas e as da Europa de além-Pireneus, faz ressaltar uma característica bem peculiar à gente da Península Ibérica, uma característica que ela está longe de partilhar, pelo menos na mesma intensidade, com qualquer de seus vizinhos do continente. É que nenhum desses vizinhos soube desenvolver a tal extremo essa cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais. Pode dizer-se, realmente, que pela importância particular que atribuem ao valor próprio da pessoa humana, à autonomia de cada um dos homens em relação aos semelhantes no tempo e no espaço, devem os espanhóis e portugueses muito de sua originalidade nacional. Para eles, o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste. Cada qual é filho de si mesmo, de seu esforço próprio, de suas virtudes - e as virtudes soberanas para essa mentalidade são tão imperativas, que chegam por vezes a marear o porte pessoal e até a fisionomia dos homens.”¹³

Para Buarque de Holanda, dessa concepção resultaria a fragilidade da cultura associativa entre os povos ibéricos:

“É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade e ordenação entre esses povos. Em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida.

Os privilégios hereditários, que, a bem dizer, jamais tiveram influência muito decisiva nos países de estirpe ibérica, pelo menos tão decisiva e intensa como nas terras onde criou fundas raízes o feudalismo, não precisaram ser abolidos neles para que se firmasse o princípio das

¹³ HOLANDA (1981), p. 4.

competições individuais. A frouxidão da estrutura social, à falta de hierarquia organizada devem-se alguns dos episódios mais singulares da história das nações hispânicas, incluindo-se nelas Portugal e o Brasil. Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de se refrearem as paixões particulares momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas.”¹⁴

A fragilidade da cultura associativa seria, por remontar às nossas raízes ibéricas, um elemento intrínseco da cultura brasileira, não se constituindo em “fato novo” em nossa história, decorrente do afastamento de uma eventual tradição marcada pela coesão, pela facilidade de associação e pela cooperação:

“A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenômeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem.”¹⁵

O tema da ausência de uma cultura propícia à cooperação é retomado em outros pontos de **Raízes do Brasil**. Assim, por exemplo, ao discutir os empecilhos à constituição, no Brasil, de atividades artesanais e de uma cultura empreendedora capaz de dar sustentação a “trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio”¹⁶, Sérgio Buarque de Holanda afirma que:

“O que sobretudo nos faltou para o bom êxito desta e de tantas outras formas de labor produtivo foi, seguramente, uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país. Trabalhos de índole coletiva espontaneamente aceitos podiam ocorrer nos casos onde fossem de molde a satisfazer certos sentimentos e emoções coletivos, como sucede com os misteres relacionados de algum modo ao culto religioso. Casos, por exemplo, como o da construção da velha matriz de Iguape, em fins do século XVII, em que colaboraram os homens notáveis e o povo da vila, carregando pedras desde a praia até ao lugar onde ficava a obra, ou o da velha matriz de Itu, erigida em 1679 com auxílio dos moradores, que de longa distância levavam à cabeça, em romaria, a terra de pedregulhos com que foram pilados os muros. Não é difícil distinguir, em tais casos, uma sobrevivência de costumes reinóis, cuja implantação no Brasil data pelo menos dos tempos de Tomé de Sousa e da edificação da cidade do Salvador.

Outros costumes, como o do muxirão ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao gentio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxílio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no ‘mais animados do espírito da caninha do que do amor ao trabalho’. É evidente que

¹⁴ HOLANDA (1981), p. 4.

¹⁵ HOLANDA (1981), p.5.

¹⁶ HOLANDA (1981), p.28.

explicações semelhantes são exatas apenas na medida em que patenteiam o que há de excêntrico e mais ostentoso na verdade: realismo do traço grosso e da caricatura.

Por outro lado, seria ilusório pretender relacionar a presença dessas formas de atividade coletiva a alguma tendência para a cooperação disciplinada e constante. De fato o alvo material do trabalho em comum importa muito menos, nestes casos, do que os sentimentos e inclinações que levam um indivíduo ou um grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência.

Para determinar o significado exato desse trabalho em comum seria preciso recorrer à distinção que recentes estudos antropológicos, depois de examinados e confrontados os padrões de comportamento de vários povos naturais, permitiram estabelecer entre a genuína "cooperação", e a "prestância" (helpfulness). Distinção que se aparenta, de certo modo, à que investigações anteriores já tinham fixado entre "competição" e "rivalidade".

Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantém os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.”¹⁷

É preciso registrar que, na verdade, as referências ao individualismo e a falta de vocação para a ação coletiva ou para a cooperação não se restringem à obra de Sérgio Buarque de Holanda, sendo temas recorrentes na literatura produzida, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, sobre a formação da sociedade brasileira.

Oliveira Vianna foi outro autor que destacou a ausência de tradição associativa como um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira, desde o período colonial. Ao contrário de Buarque de Holanda, no entanto, não atribuiu essa ausência a uma “herança ibérica”, mas considerou-a um traço adquirido pelos colonizadores, devido às condições com que se defrontaram no novo mundo. Tal ausência seria, inclusive, uma característica contrastante com as múltiplas formas de solidariedade social que podiam ser encontradas na sociedade portuguesa:

“São escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo. Em regra, aqui, o homem vive isolado dentro dos latifúndios ou do seu círculo familiar. O âmbito da solidariedade social é restritíssimo.

Essa carência de institutos de solidariedade e de cooperação, principalmente de solidariedade e cooperação vicinal, tão comuns e numerosos entre os velhos povos ocidentais, é tanto mais surpreendente quanto o luso, cuja

¹⁷ HOLANDA (1981), p.29-31.

civilização absorve o contingente social trazido pelo índio e pelo negro, possuía, e possui ainda, formas várias, e não poucas, de solidariedade vicinal. Os antigos ‘concelhos’ medievais, com suas cartas de forais, a sua bela organização defensiva, de caráter popular e civil, desaparecem completamente, depois de transplantados para aqui com os primeiros colonizadores. Nem mesmo a concessão dos privilégios foraleiros a certas vilas e cidades do período colonial consegue vitalizar os germes do belo instituto peninsular.

Outras instituições de cooperação social, vicejantes ainda nas tradições do povo luso, igualmente não se aclimatam aqui. É o caso das belas festividades aldeãs, das ceifas, das desfolhadas, das mondas, das vindimas, que na península se fazem com o concurso dos vizinhos, entre bailados típicos, folguedos, tradições, usanças rústicas, que recordam as ceifas, as mondas e as vindimas do tempo de Teócrito e de Virgílio. Nem a colheita de algodão ao norte e a apanha do café ao sul, nem o corte de arroz, nem a quebra do milho por toda a parte, criam iguais costumes de cooperação vicinal. Todos estes trabalhos são aqui penosos e tristes e fazem-se com as forças da própria família nas pequenas datas dos sitiantes e, nas grandes herdades, com o corpo dos trabalhadores escravos; mas tudo sem esse tom festivo de alegria e sociabilidade, que colore e anima esses labores no seio da rusticidade lusitana.”¹⁸

É verdade que Oliveira Vianna encontra no pampa gaúcho, entre aqueles a quem chama de “campeadores rio-grandenses”, uma das poucas exceções nesse quadro de intensa e generalizada insociabilidade do período formativo da nação brasileira:

“Só nas regiões dos campos, onde predomina o pastoreio – nos pampas do sul e nas caatingas do norte – assinalam-se alguns rudimentos de solidariedade e cooperação. No sul, os trabalhos dos ‘rodeios’ e, no norte, as ‘vaquejadas’ estrepitosas nos dão exemplos de solidariedade vicinal organizada: umas e outras ampliam efetivamente o campo da solidariedade social para um pouco além do núcleo familiar. Há ali uma verdadeira cooperação de vizinhos, com um caráter tradicional, que denuncia um costume.”¹⁹

Para o autor, essas formas rudimentares de cooperação que ocorriam nas zonas pastoris constituíam raras exceções em um contexto caracterizado pela aguda escassez de formas de sociabilidade e de solidariedade. Por outro lado, é interessante registrar que Oliveira Vianna percebe maior solidariedade entre as camadas subalternas da população do que entre as elites das zonas agrícolas do país:

“Nas zonas agrícolas, onde se difunde o tipo do grande domínio independente, mesmo esses rudimentos de solidariedade minguem e desaparecem; a insolidariedade é completa. Não se descobre ali nenhum traço de associação entre vizinhos para fins de utilidade comum. Tudo nos dá uma impressão desolante de desarticulamento e desorganização. O próprio costume dos ‘ajutórios’ só é corrente entre a gente miseranda; não tem um caráter geral: os lavradores médios e a alta classe rural não o praticam.”²⁰

No entanto, essas e outras escassas expressões de solidariedade, que podiam ser observadas no passado das regiões agrícolas de formação luso-brasileira, originavam-se

¹⁸ OLIVEIRA VIANNA (1952), Vol. I, pp. 229-230.

¹⁹ OLIVEIRA VIANNA (1952), Vol. I, p. 231.

²⁰ OLIVEIRA VIANNA (1952), Vol. I, p. 231.

apenas de impulsos da afetividade ou de sentimentos de obrigação religiosa, não caracterizando formas efetivas de cooperação:

“Outro costume de solidariedade entre vizinhos é o costume da assistência aos enfermos, o piedoso costume de ‘fazer quarto’ aos mortos, costume que, nas populações rurais, se reveste da santidade dos deveres sagrados. Mas essas expressões da solidariedade vicinal, desconhecidas nos grades centros urbanos, nos vêm apenas dos impulsos da afetividade e da delicadeza moral, de que é tão rica e pródiga a nossa raça; não são verdadeiras formas de cooperação social, de ação em conjunto para obtenção de uma utilidade comum.”²¹

Em *Instituições Políticas Brasileiras*, Oliveira Vianna volta a enfatizar a escassez de exemplos de estruturas de solidariedade social ao longo da evolução da sociedade brasileira, atribuindo-a à dispersão do povoamento:

"Como, pois, no meio desta dispersão – que vem desde os primeiros dias da colônia – as estruturas de solidariedade social e os 'complexos culturais' correspondentes poderiam ter ambiente para se formar, e se desenvolver, e se cristalizar em usos, costumes e tradições?"²²

Mais adiante, nessa mesma obra, é enfático ao apontar na ausência de solidariedade social e no individualismo dois traços marcantes da formação cultural do povo brasileiro:

"Não se poderia preparar condições mais desfavoráveis à gênese dos grêmios locais e ao florescimento do espírito municipal. No ponto de vista culturalístico, o nosso povo é, por isso, sob o aspecto de solidariedade social, absolutamente negativo. Os pequenos traços de solidarismo local, que nele encontramos, são tenuíssimos, sem nenhuma significação geral: práticas de 'mutirão', 'rodeio' – e quase nada mais. Isto no que toca com as relações sociais privadas.

Politicamente – isto é, no que toca com as relações dos moradores com os poderes públicos locais – nada se registra também de assinalável.

Conclusão: o brasileiro é fundamentalmente individualista; mais mesmo, muito mais do que os outros povos latino-americanos. Estes ainda tiveram, no início, uma certa educação comunitária de trabalho e de economia. É o que nos deixam ver as formas do coletivismo agrário praticadas durante o seu período colonial e que, ainda hoje, de certo modo, subsistem ali – como se observa nos ejidos do México ou nos ayallús bolivianos.

Nós, não. No Brasil, só o indivíduo vale e, o que é pior, vale sem precisar da sociedade – da comunidade. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem, isolar o homem, desenvolver, no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente de grupo ou colaborando com o grupo não teve, aqui, clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se (...)"²³

Vários outros autores fizeram registros semelhantes aos de Buarque de Holanda e de Oliveira Vianna. Uma pesquisa mais ampla poderia encontrar um número muito maior de referências semelhantes, especialmente em autores do final do século dezenove e da

²¹ OLIVEIRA VIANNA (1952), Vol. I, pp. 231-232.

²² OLIVEIRA VIANNA (1999), p. 140.

²³ OLIVEIRA VIANNA (1999), p. 141.

primeira metade do século vinte. O que importa, no entanto, é registrar a avaliação amplamente compartilhada, entre intérpretes da sociedade brasileira, sobre um traço da matriz cultural de que participavam os povoadores do sul do Rio Grande.

De fato, os registros históricos parecem evidenciar um contraste marcante entre o Sul do Rio Grande do Sul e as regiões coloniais, quanto aos padrões de vida social. Foram amplamente documentadas numerosas e variadas manifestações de sociabilidade, entre os imigrantes que ocuparam o nordeste e o norte do Rio Grande do Sul, que não encontram paralelo no Sul do Estado. Com relação aos alemães, uma publicação comemorativa do centenário da imigração, de autoria do *Verband Deutscher Vereine*, chega a afirmar que:

“No Brasil como em outros países onde se encontram alemães confirma-se sua lendária inclinação ao associativismo. Diante desta inclinação, não poucos falam de ‘mania associativa’.”²⁴

Essa publicação arrola mais de 300 entidades existentes no início dos anos vinte, em várias localidades do estado, que congregavam imigrantes alemães e seus descendentes. A relação era visivelmente incompleta, pois dela não constavam entidades de alguns centros importantes. Além disso, os próprios autores confessavam que muitas entidades não haviam fornecido os dados solicitados. Era grande a variedade das entidades incluídas no levantamento. Entre elas muitas estavam voltadas para o lazer e as atividades artísticas:

“Existem associações em praticamente todas as localidades coloniais de algum porte, que se dedicam ao lazer de tipo mais elevado, a formas de lazer que se destinam ao espírito e ao coração. São sociedades de canto, orquestras, sociedades de teatro, círculos de leitura, etc.”²⁵

Havia também sociedades recreativas e clubes sociais. Além disso, eram características da colonização alemã as sociedades de atiradores, de ginástica, de cavalaria (inclusive de lanceiros!), bem como os clubes de bolão. Na área esportiva, eram arrolados também alguns clubes de futebol. Existiam, ainda, muitas entidades que se voltavam para outras finalidades, como caixas de poupança, cooperativas, sociedades de amparo aos doentes e de amparo mútuo. Havia caixas funerárias, organizadas com o objetivo de custear o enterro de seus associados.²⁶

Além de documentar a existência desse grande número de entidades associativas organizadas, ligadas à colonização alemã, a publicação também registrava a grande intensidade da vida social “informal” entre os imigrantes que residiam em Porto Alegre, já desde a segunda metade do século XIX:

“ (...) apresentamos um pequeno recorte da vida associativa em Porto Alegre há sessenta anos. Já naquela época havia grupos de interesse e círculos, que se reuniam para fins específicos. Encontravam-se, para tanto, em locais habituais de encontro. Os comerciantes e tudo que tinha a ver com o comércio encontravam-se para uma conversa matinal, no estabelecimento de Guilherme ter Brüggen, mais

²⁴ Verband Deutscher Vereine (1999), p. 301.

²⁵ Verband Deutscher Vereine (1999), p. 302.

²⁶ Verband Deutscher Vereine (1999), pp. 348-360.

tarde cônsul alemão; os artesãos reuniam-se no estabelecimento de W. Bier ou Ruhmann. Enquanto se tomava uma garrafa de cerveja, fazia-se política à vontade. Também a loja de Gieseler na Rua da Praia, hoje Rua dos Andradas, e as instalações litográficas de Wiedemann faziam parte desses centros de discussões políticas. À tarde, realizavam-se cavalgadas recreativas. Dependendo da estação do ano, faziam-se excursões maiores ou menores, terminando em encontros para um Chopp no estabelecimento do Christoffel na Rua da Floresta. À noite, havia encontros na ‘Germania’ onde reinava muita animação, onde esperava uma excelente cozinha e bebidas de categoria. Nos domingos de manhã, jogava-se ‘Poule’ no ‘Germânia’. De tarde, rumava-se para Sanssouci (a estande de tiro de Schneider), para Christoffel ou Scheid, onde se cultivavam floriculturas em franco progresso. Obviamente consumia-se muito tempo sem fazer nada. Acontece que o ritmo dos negócios o permitia e quase não se conhecia luxo. As pessoas sentiam-se como habitantes de cidade pequena e de fato o eram.

No passado, as festas populares estavam na ordem do dia. Já que naquela época quase todos se conheciam, elas ostentavam quase sempre um caráter familiar.”²⁷

Voltando para o início dos anos vinte, a publicação registrava que a vida social e cultural da colônia alemã de Porto Alegre continuava a mostrar a vitalidade dos “primeiros tempos”:

“A capital do Estado conta hoje com tantas sociedades, clubes e círculos em geral, que as diretorias reunidas podem formar uma vistosa sociedade. É o sinal de que a vida cultural alemã está em ebulição hoje como nos primeiros tempos, mesmo que seja sob formas modestas. Desejamos que, da mesma forma como até agora se multiplicou numericamente, se desenvolva mais e mais em nível de qualidade.”²⁸

A literatura sobre as áreas coloniais italianas também registra evidências de uma forte cultura associativa. Segundo De Boni e Costa, as próprias adversidades enfrentadas pelos colonos, ao chegarem aos seus lotes nas áreas coloniais, impunham a cooperação: “Na solidão da floresta, o indivíduo sozinho não teria resistido.”²⁹ Como registram esses autores:

“O grupo fazia a colheita quando um colono estava doente; a conservação da estrada só era possível com a colaboração de todos; por ocasião do primeiro falecimento, um acordo geral indicava onde seria construído o cemitério. Sem ter a quem apelar e sem dispor de modelos prontos, o grupo teve que encontrar respostas para necessidades culturais, religiosas, esportivas e administrativas, teve de escolher seus líderes e conferir-lhes poderes de gestão da coisa comum.”³⁰

²⁷ Verband Deutscher Vereine (1999), pp. 302-303.

²⁸ Verband Deutscher Vereine (1999), p. 303. A “vistosa sociedade” a que se refere a citação é a própria Verband Deutscher Vereine (Federação das Associações Alemãs), responsável pela publicação. Essa entidade foi fundada em 1886 e reunia sete entidades: a Sociedade Germania, a Sociedade Ginástica, a Sociedade Leopoldina, a Associação Alemã de Tiro ao Alvo, a Orpheus, a Concórdia e o Clube dos Caixeiros Viajantes. À época da publicação de “Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul” já congregava 15 entidades.

²⁹ DE BONI e COSTA (1991), p. 124.

³⁰ DE BONI e COSTA (1991), p. 126.

Nas colônias italianas, desde o início a religião desempenhou um papel especialmente importante na organização da vida social e nas manifestações de sociabilidade. Conforme De Boni e Costa:

“Os imigrantes eram católicos em sua quase totalidade. Na Itália praticavam uma religião de cunho agrário, adaptada portanto ao mundo em que viviam, com muitas festas, paramentos vistosos, cantos, orações em latim, fogos de artifício, prédicas solenes e frequência aos sacramentos, com santos, sinos, velas e procissões.

(...)

Na floresta, porém, não havia igreja, nem padre, como também não havia traços de cultura. O associativismo do imigrante haveria de criar um novo mundo cultural, através da reconstrução do mundo religioso.

Se as devoções individuais e familiares permaneciam inalteradas, e em casa, todas as noites, rezava-se “la corona” (o rosário), no domingo percebia-se a distância entre o mundo que ficara no além-mar e o que se encontrara na América. O dia do traje domingueiro, do encontro com os amigos, da missa solene, do trago no boteco, das conversas entre as vizinhas e dos namoros transformava-se em dia de pungente saudade. Para esquecê-la, e ao mesmo tempo mantê-la viva, visitava-se o vizinho, contavam-se histórias, comentavam-se notícias recebidas e rezava-se ante um quadro ou uma estátua trazida da pátria. Não demorou e aventou-se a idéia da construção de uma pequena igreja. Às vezes surgiam divisões e querelas na hora de escolher o local da construção, o material a ser usado, ou o santo padroeiro. E quando não se chegava a um acordo, mesmo que colocando 2 ou 3 padroeiros, acabava-se por construir mais de uma capela no mesmo travessão. Se ainda não existisse um cemitério, ele era erigido junto ao templo.

Pouco depois surgiam o campanário e o salão de festas. Dentro da capela, funcionava seguidamente a rudimentar escola. A união do grupo possibilitava progressivas melhoras, a compra de alfaías sagradas, de bancos, de sinos, etc.”³¹

Um dos autores que estudaram essas manifestações religiosas nas áreas coloniais italianas registra a diferença entre essas capelas e as erguidas nas áreas colonizadas pelos povoadores de origem portuguesa:

“Naquelas colonizações encontramos as seguintes características: 1º Foram os fazendeiros e latifundiários que construíram as igrejas. 2º Eram mantidas às expensas da fazenda e zeladas pelas piedosas esposas dos fazendeiros. 3º Os agricultores, sempre assalariados, eram apenas convidados para a Missa, batizados e casamentos, mas nada faziam para a organização, construção e manutenção, constituindo-se em elementos meramente passivos. 4º Não evoluíram numa linha social, ficando apenas a igreja para o culto, pois a vida social existente se desenvolvia ao redor da sede da fazenda. Nas nossas capelas o processo foi inverso: 1º Foram os próprios agricultores que sentiram necessidade da igreja e se organizaram, com a diretoria à frente, e todos, de uma forma ou outra, colaboraram para a construção. 2º Foram os agricultores que encarregaram alguém para tomar conta e todos colaboravam para a manutenção e melhoramentos. 3º Estas capelas evoluíram da finalidade meramente litúrgica ou de culto para a vida social e cultural, tanto assim que o termo CAPELA deixou de significar apenas igreja (= templo), para significar a) igreja, b) cemitério, c) escola, d) salão de festas, e) campos de esportes. Possui ainda hoje um significado mais amplo e geográfico. Capela para muitos, é a Igreja com as dependências

³¹ DE BONI e COSTA (1991), p. 126.

acima enunciadas, mas também as famílias associadas e a região geográfica em que residem estas famílias."³²

Em outro trabalho, esse mesmo autor, um sacerdote de origem italiana, utiliza termos muito mais expressivos para marcar as diferenças entre as capelas rurais das áreas coloniais e as de zonas caracterizadas pelo predomínio do latifúndio:

"Conheci este tipo de igrejinhas no sul da Bahia, nas fazendas de cacau, quando lá trabalhei (1953-1956) e desta forma fui constatando que estas igrejas de fazendas existem nos países colonizados pela Espanha, mas também na colonização portuguesa, no centro e norte do Brasil. Isto aconteceu justamente porque nestas colonizações foi implantado um sistema latifundiário e não de pequena propriedade.

O latifundiário se julgava dono do trabalho, das posições políticas dos seus empregados – os famosos coronéis – mas também das posições religiosas. Por isso, construía a igreja, perto da sede da fazenda e a 'piedosa' esposa, com as escravas, cuidavam de tudo. Num ambiente destes, certamente que não podia frutificar qualquer organização que partisse dos empregados, não só porque faltavam recursos, mas porque eram ovelhas demais, sempre guiadas e tolhidas. O que interessava era apenas o seu trabalho em favor do patrão.

As nossas capelas surgiram dos próprios pequenos proprietários rurais na sua organização, construção e desenvolvimento religioso e social.

As primeiras, dos latifundiários, estacionaram no tempo ou até desapareceram; as nossas capelas, porém, evoluíram de uma forma impressionante ..."³³

Outros grupos de imigrantes também apresentaram importantes manifestações de associativismo. Entre os de origem polonesa, a literatura destaca a criação de entidades voltadas para a preservação das tradições culturais, aspecto também muito presente no caso da imigração alemã, como foi visto anteriormente.³⁴ Entre os grupos de diferentes origens nacionais que vieram para os centros urbanos a partir das últimas décadas do século XIX, está amplamente documentada a criação tanto de entidades voltadas para a preservação da identidade cultural e para a aglutinação dos membros da "colônia" – como, por exemplo, as "Sociedades Espanholas", "Sociedades Libanesas" ou "Sociedades Israelitas", entre várias outras – quanto de entidades e associações de beneficência ou de socorro mútuo, de que são um exemplo as muitas "Beneficências Portuguesas" espalhadas pelas principais cidades do Estado.

Todas essas abundantes manifestações, entre os grupos imigrantes, parecem evidenciar uma disposição cultural para a vida associativa que contrasta intensamente com os tipos de observações que podem ser encontradas na literatura, sobre as disposições personalistas, o individualismo ou a ausência de manifestações de solidariedade social entre os povoadores mais antigos do território brasileiro, de origem ibérica, que constituem o principal contingente formador da população do Sul do Estado.

³² GALIOTO, citado em DE BONI e COSTA (1979), p. 139.

³³ GALIOTO (1979), p. 294.

³⁴ GARCEZ (1997).

No entanto, é preciso evitar uma abordagem caricatural que apresente o Sul do Estado como um “deserto” no que se refere às manifestações associativas. Como registra um estudioso da história de Bagé, a partir das últimas décadas do século dezenove aumentaram as manifestações de associativismo e de sociabilidade nas cidades maiores da Região Sul. na virada para o século vinte Bagé experimentava um surto de crescimento, tendo se tornado a quarta maior cidade do Estado:

“Se nos seus primeiros anos de existência Bagé tinha uma vida pacata, não oferecendo oportunidades de lazer e cultura e nem mesmo qualquer entidade social ou classista, como bem denunciavam os jornais da época, em pouco tempo ganhou um forte impulso atingindo, em menos de cinquenta anos, uma prosperidade e exuberância incomparáveis no Estado quando, ao final do século XIX, proliferaram a fundação de jornais, escolas, associações, clubes, casas comerciais e bancárias e pequenas indústrias, que colocavam Bagé como a quarta cidade do Rio Grande do Sul. A todo o momento estavam surgindo novas idéias e iniciativas.”³⁵

As mudanças de hábitos e o refinamento dos costumes nas cidades da Região Sul, como os que se observam em Bagé nesse período, foram difundidos principalmente a partir de Pelotas, que se havia tornado um centro cosmopolita por volta das últimas décadas do século dezenove, devido à riqueza gerada pelo charque. Tornou-se comum que os charqueadores e estancieiros enriquecidos que viviam em Pelotas mandassem seus filhos estudar na Europa. Nessa época de apogeu, a cidade contava com casas de espetáculo por onde passavam algumas das companhias européias de teatro ou de ópera que faziam tournées pela América do Sul. Contava, também, com casas comerciais onde podiam ser encontrados produtos de luxo importados.³⁶ Como registra uma cronista da história da cidade:

"Pelotas passou a servir de modelo a outras cidades. Elas também começaram a tirar a poeira de suas botas e a querer entrar no teatro ou no cassino para a roleta. (...) quando se vinha à segunda cidade do Estado, as pessoas arrumavam-se melhor. Perfumavam-se e diziam garbosas: nós vamos a Pelotas. Era chic vir a esta cidade. Entendia-se que não se poderia vir de qualquer jeito, como ir a outras.”³⁷

Outra influência importante sobre a transformação dos costumes nas cidades da "Metade Sul" foi exercida pelas florescentes capitais do Prata, que atravessavam uma fase de prosperidade. Para os habitantes de algumas cidades, como Santana do Livramento ou Uruguaiana, era mais fácil ir a Montevideu ou Buenos Aires do que ir a Porto Alegre, aproveitando as malhas de transportes dos países vizinhos, que chegavam até a fronteira. Por muito tempo, as pessoas de maiores posses dessas cidades preferiram deslocar-se para as capitais dos países vizinhos, para passeios ou quando precisavam utilizar serviços não disponíveis em suas cidades, como médicos especializados, por exemplo.

³⁵ LEMIESZEK (2000), pp. 63-4.

³⁶ Ver NASCIMENTO (1989 e 1994).

³⁷ DE LEÓN (1994), pp 16-17.

Muitas das manifestações de associativismo ocorridas nas cidades da Região Sul, no final do século dezenove e início do século vinte, estiveram ligadas à presença de imigrantes que atuavam nas atividades comerciais, no artesanato e nas primeiras indústrias surgidas na região, constituindo a maior parte do empresariado urbano local:

“Pela forte presença de imigrantes, justifica-se a fundação da Sociedade Espanhola, em Bagé, em 1868, a primeira do Brasil e a segunda de toda a América do Sul. Em 1871, são fundadas a Sociedade Beneficência Portuguesa e a Sociedade Italiana, todas em atividade até hoje.”³⁸

Registros como esses mostram que não se pode afirmar que, na virada do século XIX para o XX, só nas zonas coloniais existiriam manifestações de associativismo dignas de nota, enquanto o Sul seria quase um deserto no que se refere às expressões de sociabilidade. Os hábitos de uma parcela considerável da população do Sul haviam sido transformados, por essa época, devido à maior difusão de costumes e padrões de consumo europeus. Portanto, já a partir das primeiras décadas do século vinte, podiam ser encontradas manifestações variadas de sociabilidade tanto nas zonas coloniais quanto no sul do Estado.

No entanto, essas manifestações de sociabilidade diferiam quanto à natureza e composição das redes sociais nelas envolvidas. É preciso lembrar que, além da origem dos povoadores, as principais diferenças entre a formação histórica do Sul e a das zonas coloniais estiveram associadas à estrutura fundiária e à escravidão. Juntas, a convivência com a escravidão e a estrutura fundiária mais concentrada tornaram a sociedade do Sul muito mais desigual que a das áreas coloniais.

O predomínio da grande propriedade no Sul, em contraste com os lotes pequenos e médios das áreas coloniais, é um dos fatores que explicam as diferenças no grau de concentração da renda que podiam ser observadas entre essas duas grandes regiões até um período bastante recente³⁹. Tais diferenças praticamente desapareceram nas duas últimas décadas, como resultado da expansão das lavouras mecanizadas e da crise da agropecuária familiar no Norte, que levou à ocorrência de intensos fluxos de emigração, bem como a um acentuado empobrecimento de uma grande parte das populações rurais remanescentes.

É preciso destacar que a maior concentração da propriedade da terra não foi o único fator que contribuiu para tornar a sociedade do sul do Estado mais desigual que a das áreas coloniais. Papel igualmente importante foi desempenhado pela escravidão, quase ausente nas áreas coloniais, pois os imigrantes eram proibidos por lei de adquirirem escravos⁴⁰. Os dados do Censo de 1872, apresentados na Tabela 4.23, mostram o quanto a sociedade do sul do Estado era permeada pela escravidão. Como mostram os dados dessa tabela, em algumas das cidades da região, mesmo nesse momento em que a escravidão já se

³⁸ LEMIESZEK (2000), p. 76.

³⁹ Na verdade, os mapas de concentração da posse da terra e de desigualdade na distribuição de renda, por municípios, eram muito similares até 1970, quando a crise da agropecuária familiar ainda não se tinha tornado tão aguda quanto no presente, levando ao empobrecimento dos pequenos proprietários rurais e à sua emigração em massa para a periferia dos grandes centros urbanos.

⁴⁰ BERND e BAKOS (1998), p. 46.

encontrava em franco declínio, os escravos ainda representavam cerca de 20% da população.

Cabe destacar que os escravos não se constituíam na única camada “excluída” da população. Nessa categoria poderia ser incluída a quase totalidade dos “pretos” e “pardos” livres, que em regra faziam parte das camadas mais pobres da sociedade. Pode-se constatar, portanto, que pelo menos 1/3 da população das cidades do sul era afetada, direta ou indiretamente, por formas de discriminação associadas à escravidão.

Tabela 6

Percentuais da População Livre e Escrava de Alguns Municípios, por "Raça", em 1872

Localidade	Livres					Escravos			Total Geral
	Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos	Total	Pardos	Pretos	Total	
Porto Alegre	56,5	13,9	10,1	3,0	83,5	5,8	10,7	16,5	100,0
São Leopoldo (1)	79,3	6,6	5,6	3,5	95,0	1,3	3,8	5,0	100,0
Bagé	57,2	7,9	7,5	5,8	78,4	8,3	13,4	21,6	100,0
Pelotas	58,8	9,8	13,4	1,1	83,1	6,3	10,6	16,9	100,0
Rio Grande	64,4	7,6	9,5	0,8	82,2	4,7	13,1	17,8	100,0
Santana do Livramento	57,3	8,9	8,9	5,0	80,0	7,9	12,1	20,0	100,0
Uruguaiana	62,9	5,1	4,3	14,1	86,5	4,9	8,6	13,5	100,0
São Borja	57,0	15,4	11,7	7,8	91,9	2,8	5,3	8,1	100,0
Alegrete	51,9	10,2	20,3	2,7	85,1	3,6	11,4	14,9	100,0

(1) Agrupa seis paróquias da zona colonial alemã, algumas das quais hoje fazem parte de outros municípios.

Fonte: Censo de 1872.

Os “caboclos”, numerosos no extremo oeste do Estado constituíam os remanescentes dos indígenas da região, miscigenados com brancos, e que faziam parte, em regra, da população pobre. A concentração da propriedade fundiária certamente contribuía para que houvesse, também, um número substancial de pobres entre os brancos livres.⁴¹

Na zona colonial, representada por São Leopoldo na tabela, o percentual de escravos e de “pretos”, “pardos” e “caboclos” livres era muito menor. A sua presença na região pode ser atribuída principalmente ao fato de que a área não era homogeneamente colonial, nela existindo também alguns bolsões constituídos por habitantes de origem luso-brasileira, que podiam possuir escravos.

A pesquisa realizada por Putnam sobre o capital social nos Estados Unidos, registra que os estados americanos com menor dotação de capital social, no final do século vinte, eram exatamente aqueles onde havia predominado a escravidão até a Guerra Civil. Segundo ele, a escravidão, por sua própria natureza, é incompatível com a formação de capital social, seja entre os próprios escravos, seja entre os escravos e os homens livres:

“Slavery was, in fact, a social system designed to destroy social capital among slaves and between slaves and free men. Well established networks of reciprocity between the oppressed would have raised the risk of rebellion, and egalitarian

⁴¹ Esse empobrecimento acentuou-se à medida em que a difusão dos “alambrados” reduziu a necessidade de mão-de-obra nas estâncias, criando a figura do “gaúcho a pé”, objeto da obra literária de Cyro Martins.

bonds of sympathy between slave and free would have undermined the very legitimacy of the system.”⁴²

No entanto, apesar da observação de Putnam, é necessário registrar que, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, ocorreram múltiplas formas – institucionalizadas ou espontâneas – de associação e de sociabilidade envolvendo escravos e/ou libertos, que certamente constituíam formas de capital social. Esse fato é bem documentado, especialmente para o meio urbano, pela literatura que trata da escravidão no Brasil. Assim, por exemplo, um estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro destaca que:

“Por meio da música, da dança e do drama, como vimos, os escravos reuniam-se em grupos para celebrar e recriar ‘a boa vida’ na cidade. Eram poucos os africanos que faziam alguma coisa sozinhos. Quando alguém começava uma canção, outros participavam e faziam o coro. Quando alguém precisava de ajuda, outros recolhiam esmolas ou compartilhavam sua comida ou carga de trabalho. O apoio social dos outros escravos era muito importante para ajudar cada um a sobreviver e forjar ‘a boa vida’.”⁴³

Em toda a América, dos Estados Unidos ao Brasil, passando por Cuba e pelas Antilhas, as manifestações religiosas – tanto as ligadas a cultos de origem africana quanto as associadas às religiões de origem européia – desempenharam um papel fundamental na vida da comunidade negra, escrava ou livre. Para o caso norte-americano, essa importância é bem documentada no estudo clássico de Eugene Genovese sobre a formação da cultura da comunidade negra nos Estados Unidos, *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*.⁴⁴

No caso brasileiro, o exemplo melhor documentado – até mesmo por sua ligação com a religião católica, oficial – é o das Confrarias e Irmandades de negros. Gilberto Freire registra a existência, já em 1552, de uma confraria de negros da Guiné em Pernambuco.⁴⁵ Charles Boxer, em seu estudo sobre o ciclo da mineração no Brasil colonial, destaca que algumas dessas irmandades conseguiam acumular recursos significativos, utilizados em geral para obras pias, como a construção de igrejas ou a organização de festas ou publicação livros religiosos.⁴⁶ Karasch, em seu estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, registra a existência de várias irmandades de negros, em diversas igrejas dessa cidade, entre 1753 e 1852.⁴⁷

Também no Rio Grande do Sul existiram essas confrarias de negros escravos e libertos, conforme é documentado por Bernd e Bakos:

“A confraria de Nossa Senhora do Rosário foi a mais antiga do Brasil e possuiu 86 casas no período colonial. Foi fundada em Porto Alegre em 1786,

⁴² “A escravidão foi, de fato, um sistema social concebido de forma a destruir o capital social entre os escravos e entre os escravos e os homens livres. A existência de redes sólidas de reciprocidade entre os oprimidos teria aumentado o risco de rebeliões, e a ocorrência de laços igualitários de simpatia entre escravos e livres teria minado a própria legitimidade do sistema.” - PUTNAM, Robert D. (2000), p. 294.

⁴³ KARASCH (2000), p. 341.

⁴⁴ GENOVESE (1976).

⁴⁵ FREYRE (1946). p. xlv.

⁴⁶ BOXER (1962), pp. 177-78.

⁴⁷ KARASCH (2000), pp. 134-35, Tabela 3.9.

constituindo-se a maioria de seus membros de negros livres ou escravos, entre os quais foram escolhidos os servidores da irmandade para 1787.

Pela composição dos servidores podemos deduzir que muitos dos negros escravos participavam da Confraria com o beneplácito de seus senhores, que pagavam as despesas da sociedade.”⁴⁸

Essas organizações desempenhavam um papel importante na vida da comunidade negra, escrava ou livre. Além de se dedicarem a obras de benemerência, possibilitavam que alguns de seus ocupassem um melhor espaço social. Como destacam Bernd e Bakos, ser eleito rei ou rainha de uma confraria constituía sinal de grande distinção:

“As confrarias dos negros eram organizadas como irmandades, compostas por negros livres, escravos e mulatos, dedicados à educação religiosa e à benemerência social. Estas irmandades existiam na Península Ibérica desde os tempos medievais, sendo depois desenvolvidas na América Espanhola, África Portuguesa e Brasil.

As confrarias, a exemplo das irmandades dos brancos, deviam prestar assistência aos membros da comunidade, nos períodos de doença, propiciar-lhes enterros cristãos, comprometendo-se com a libertação dos escravos.

Para os negros livres e libertos, participar das rezas e festejos era importante, assim como ser indicado e eleito como rei ou rainha de uma confraria. Como a sociedade escravocrata era muito rígida, a confraria era uma forma de conquistar um melhor espaço social, pois eram as únicas instituições abertas a homens e mulheres negros.”⁴⁹

No entanto, é importante destacar que, assim como no conjunto da sociedade, também na hierarquia das organizações religiosas o papel das confrarias de negros era subalterno. As posições mais “distintas”, nas festividades, cabiam às irmandades constituídas exclusivamente por brancos e pessoas livres, como mostra este exemplo pelotense:

“Inegável é a importância religiosa e social das Irmandades, na história de Pelotas. A de Nossa Senhora da Conceição foi instituída na Matriz de S. Francisco de Paula (hoje Catedral), aos nove dias do mês de maio de 1847. (...)

Dedicava-se à veneração da Virgem Mãe Santíssima, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Nas procissões, que solenemente percorriam as ruas da cidade, ocupava lugar distinto. Segundo estabelecia seu compromisso (hoje se denominaria de estatuto), seguia logo atrás do Santíssimo Sacramento, com sua Cruz, Vara e Guião (estandarte) os irmãos revestidos de suas roupas brancas com cabeção azul. Era constituída por pessoas livres, condição 'sine qua non' naqueles tristes tempos de escravatura.”⁵⁰

No entanto, é preciso enfatizar que essas irmandades foram apenas a manifestação mais institucionalizada do associativismo de base religiosa, envolvendo escravos e libertos. É provável que os cultos de origem africana, matizados por diferentes formas de sincretismo, por muito tempo tenham alcançado uma expressão muito maior, em termos quantitativos.

⁴⁸ BERND e BAKOS (1998), pp. 23-24.

⁴⁹ BERND e BAKOS (1998), p. 23.

⁵⁰ NASCIMENTO (1989), p. 126.

Mesmo estando ligadas à religião oficial, as festas promovidas pelos negros em honra dos padroeiros das confrarias nem sempre escapavam ao preconceito e à discriminação por parte dos brancos e das autoridades. Esse fato é documentado, no caso do Rio Grande do Sul, por um ofício datado de 1829, da Câmara Municipal de Porto Alegre ao Presidente da Província, reproduzido por Bernd e Bakos, onde a Câmara recomenda que seja negada a autorização – solicitada por um preto forro que se intitulava rei da nação congo – para promover festejos em louvor à Nossa Senhora do Rosário:

“(...) parecendo à Câmara que a continuação dos tumultuosos ajuntamentos de pretos dentro desta cidade, já pelos vozerios e alaridos sucessivos que fazem, já pelas obscenidades que neles costumam praticar, ofende a moral e a tranqüilidade pública (...)”⁵¹

Parece claro, portanto, que a afirmativa de Putnam, reproduzida anteriormente, não é totalmente correta. O registro histórico mostra que a escravidão não impediu o surgimento de formas de sociabilidade entre os escravos, bem como que nem sempre houve a preocupação de impedir ou reprimir o surgimento de formas de associação entre eles. Mostra, também, que apenas excepcionalmente as formas de “capital social” surgidas entre os escravos serviram de base para rebeliões. Ao contrário, parecem ter servido principalmente para tornar mais tolerável a vida dentro de uma sociedade que os oprimia.

Na verdade, é mais provável que a escravidão tenha servido mais para influenciar as características das formas de capital social dominantes nas sociedades em que existia. Sua consequência parece ter sido principalmente a de dificultar a formação de formas de associação que, ao serem compostas simultaneamente por brancos e negros, servissem como pontes entre os diferentes segmentos dessas sociedades, característica que se prolongou após o fim da escravidão.

A escravidão também pode ter contribuído para criar sociedades muito mais atentas às diferenças de status e riqueza, onde os “lugares sociais” são mais fortemente definidos e as barreiras sociais – e não apenas as raciais – são mais difíceis de transpor. No caso do sul do Rio Grande do Sul o efeito da escravidão se somou às diferenças econômicas e sociais resultantes da concentração da riqueza e da propriedade da terra. Acrescentam-se a esses dois fatores as tradições culturais pouco propícias ao associativismo e às formas estáveis de cooperação, apontadas por Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna, entre outros.

Não surpreende, portanto, que a Região Sul do Estado apresente indicadores de capital social bastante inferiores aos das áreas coloniais, onde a cultura e o contexto histórico e econômico se somaram para criar uma sociedade menos desigual.

Não se deve, evidentemente, idealizar a situação das áreas coloniais. No entanto, é fácil perceber que a afirmativa de Darci Ribeiro – “(...) no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes

⁵¹ BERND e BAKOS (1998), p. 24.

quanto as que medeiam entre povos distintos"⁵² – é muito mais verdadeira para o Sul do Estado do que para as regiões coloniais. Apesar da existência de diferenças sociais e econômicas, que têm aumentado ao longo do tempo, a sociedade destas regiões assenta-se sobre valores e condições muito mais favoráveis ao associativismo, à participação e à cooperação.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, José Antônio F., BENETTI, Maria, e BANDEIRA, Pedro – (1994) **“Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas”**, Porto Alegre, FEE;
- BERND, Zilá e BAKOS, Margaret M. (1998) – **“O Negro: Consciência e Trabalho”**, Porto Alegre, Editora da UFRGS;
- BOXER, C. R. (1962) – **“The Golden Age of Brazil – 1695-1750: The Growing Pains of a Colonial Society”**, Berkeley, University of California Press;
- CÉSAR, Benedito Tadeu e BANDEIRA, Pedro S. (Coordenadores) (2001-B) – **“Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social: Pesquisa Empírica Como Subsídio à Atividade Parlamentar no Rio Grande do Sul”**, Relatório de Análise dos Resultados, Porto Alegre, LABORS/IFCH/UFRGS;
- COULTHARD, Melissa, HARTLEY, Alison, e MORGAN, Antony (2002) – **“People's Perceptions of Their Neighbourhood and Community Involvement: Results From the Social Capital Module of the General Household Survey 2000”**, Londres, Office for National Statistics, disponível em 2/12/2002, na Internet, no site www.statistics.gov.uk/downloads/theme_social/Peoples_perceptions_social_capital.pdf;
- DE BONI, Luís A. e COSTA, Rovílio (1979) – **“Os Italianos do Rio Grande do Sul”**, Porto Alegre, EST/UCS;
- DE BONI, Luís A. e COSTA, Rovílio (1991) – **“Far La Mérica: A Presença Italiana no Rio Grande do Sul”**, Porto Alegre, RIOCELL;
- DE LEÓN, Zênia (1993 e 1994) – **“Pelotas: Casarões Contam a Sua História”**, Pelotas, D. M. Hofstätter, 2 volumes (o vol. 1 foi publicado em 1993 e o vol. 2 em 1994);
- FONSECA, Pedro C. Dutra (1983) – **“RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha”**, Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto;
- FREYRE, Gilberto (1946) – **“The Masters and the Slaves: A Study in the Development of Brazilian Civilization”**, New York, Alfred A. Knopf, Ed.;
- GALIOTO, Antonio (1979) – **“O Significado das Capelas nas Colônias Italianas do Rio Grande do Sul”**, in DE BONI, Luís A. e COSTA, Rovílio (1979) – **“Os Italianos do Rio Grande do Sul”**, Porto Alegre, EST/UCS;
- GARCEZ, Neusa Cidade (1997) – **“Colonização e Imigração em Erechim: A Saga das Famílias Polonesas” – 1900-1950**, Erechim, EDELBRA;
- GENOVESE, Eugene (1976)– **“Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made”**, New York, Random House, Inc.;
- KARASCH, Mary C. (2000) – **“A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro: 1808-1850”**, São Paulo, Companhia das Letras;

⁵² RIBEIRO (1995), p. 210.

- LEMIESZEK, Cláudio de Leão (1997) – **“Bagé: Relatos de Sua História”**, Porto Alegre, Martins Livreiro Editor;
- LEMIESZEK, Cláudio de Leão (2000) – **“Bagé: Novos Relatos de Sua História”**, Porto Alegre, Martins Livreiro Editor;
- NASCIMENTO, Heloísa Assumpção (1989 e 1994) – **“Nossa Cidade Era Assim”**, Pelotas, Editora Livraria Mundial, 2 volumes (o vol. 1 foi publicado em 1989 e o vol. 2 em 1994);
- Office for National Statistics (2001-B) – **“Social Capital: A Review of the Literature”**, documento disponível na Internet em 2 de dezembro de 2002, através da página www.statistics.gov.uk/socialcapital/downloads/soccaplitreview.pdf;
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (1981) – **“Raízes do Brasil”**, Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 14ª Edição;
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1952) – **“Populações Meridionais do Brasil: História – Organização – Psicologia”**, Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio (5ª edição do primeiro volume – “Populações Rurais do Centro-Sul” – e primeira edição do segundo volume – “O Campeador Rio-Grandense”);
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1999) – **“Instituições Políticas Brasileiras”**, Brasília, Conselho Editorial do Senado Federal;
- PUTNAM, Robert D. (1993) - **“The Prosperous Community - Social Capital and Public Life.”** American Prospect (13): 35-42. <http://www.prospect.org/print/V4/13/putnam-r.html>;
- PUTNAM, Robert D. (1996-B) - **“Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna”**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas;
- PUTNAM, Robert D. (2000) – **“Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community”**, New York, Simon & Schuster;
- RIBEIRO, Darci (1995) – **“O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil”**, São Paulo, Companhia das Letras, 2ª edição;
- SIEGEL, Sidney (1975) – **“Estatística Não-Paramétrica Para as Ciências do Comportamento”**, São Paulo, Editora McGraw-Hill do Brasil, Ltda;
- Verband Deutscher Vereine (1999) – **“Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul”**, São Leopoldo, Editora da UNISINOS, (editado originalmente em 1924);